

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

~~Art. 4º~~ O Conselho Municipal dos Direitos Humanos é composto pelos seguintes membros:

~~I~~ Representantes do poder público municipal:

~~a)~~ 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SAS);

~~b)~~ 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED);

~~c)~~ 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU);

~~d)~~ 1 (um) representante da Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social (SESDS);

~~e)~~ 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais (SEGOV);

~~f)~~ 1 (um) representante da Secretaria Executiva da Mulher (SEMU);

~~g)~~ 1 (um) representante da Secretaria Executiva da Juventude (SEJUV);

~~h)~~ 1 (um) representante da pasta específica da Política de Direitos Humanos;

~~i)~~ 2 (dois) representantes do Poder Legislativo Municipal.

~~II~~ Representante da Sociedade Civil:

~~a)~~ 1 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Mato Grosso do Sul;

~~b)~~ 0 (nove) representantes de organizações da sociedade civil, com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos.

~~§ 1º~~ Cada membro titular terá um suplente do mesmo órgão público ou da mesma organização da sociedade civil que componha o Conselho.

~~§ 2º~~ Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos em foro próprio de eleição, coordenado por uma comissão eleitoral específica, e após publicação de edital, na forma prevista no regimento interno.

~~Art. 5º~~ Os membros do Conselho Municipal dos Direitos Humanos serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para o mandato de 2 (anos), permitida a recondução.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

~~Art. 6º~~ São órgãos do Conselho Municipal dos Direitos Humanos:

~~I~~ Plenário;

~~II~~ Mesa Diretora;

~~III~~ Comissões.

~~Parágrafo único.~~ O CMDH contará com uma Secretaria Executiva, que realizará o assessoramento técnico e a coordenação das atividades apoio ao funcionamento do conselho, cabendo-lhe, dentre outras atribuições regimentais, prestar assessoramento técnico, organizar e acompanhar o calendário de reuniões, assessorar os membros do conselho durante as reuniões, elaborar atas, documentos em geral, relatórios e planos de ação, divulgar as deliberações.

~~Art. 7º~~ O Plenário é o órgão máximo do colegiado e será composto por todos os membros titulares, que terão direito a voz e voto.

~~§ 1º~~ O Plenário reunir-se-á:

~~I~~ ordinariamente, por convocação do Presidente, na forma do regimento interno;

~~II~~ extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou de 1/3 (um terço) dos membros titulares.

~~§ 2º~~ As decisões do Plenário serão consubstanciadas em Deliberações.

~~Art. 8º~~ A Mesa Diretora é o órgão executivo do colegiado e será composto pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário Geral.

~~§ 1º~~ A Mesa Diretora será eleita pelo Plenário e a Presidência e Vice-presidência serão exercidas alternadamente por representantes do poder público municipal e da sociedade civil, para mandato de um ano.

~~§ 2º~~ O Vice-presidente substituirá o Presidente em caso de ausências ou impedimentos temporários.

~~§ 3º~~ Em caso de vacância da função de Presidente, o Vice-presidente, no prazo de 30 dias, deverá convocar nova eleição para o cargo vago, para fins de complementação do mandato observado o mesmo segmento do Presidente anterior.

~~§ 4º~~ Em caso de vacância da função de Presidente em período de até 90 (dias) antes do término do mandato, o Vice-presidente assumirá a função, sem prejuízo da alternância de segmentos prevista no § 1º desta Lei.

~~Art. 9º~~ As comissões são órgãos auxiliares e serão compostas por membros titulares do colegiado, podendo ser permanentes ou temporárias, na forma do regimento interno.

~~Art. 10.~~ As atribuições e regras de funcionamento dos órgãos mencionados no caput do art. 5º serão definidas no regimento interno.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 11.~~ O exercício da função de conselheiro do CMDH é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

~~Art. 12.~~ A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SAS), ou outra a que venha se vincular o órgão coordenador da Política de Direitos Humanos, prestará o suporte financeiro, técnico e administrativo à execução das atividades do CMDH, custeando as despesas necessárias ao seu funcionamento, inclusive em relação aos recursos humanos para assessoramento técnico e apoio logístico.

~~Art. 13.~~ No prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, através da Superintendência da Política de Direitos Humanos, deverá realizar a eleição das organizações da sociedade civil, prevista no § 2º do art. 3º desta Lei, para a primeira composição do CMDH.

~~Art. 14.~~ No prazo de até 90 (noventa) dias após a posse dos membros da primeira composição do Conselho, deverá ser elaborado o regimento interno, que disporá sobre as normas de organização, atribuições complementares, funcionamento, impedimentos e afastamentos dos membros e demais disposições necessárias ao pleno funcionamento do colegiado.

~~Art. 15.~~ Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal n. 3.245, de 26 de abril de 1996, exceto em relação ao seu art. 1º.

~~CAMPO GRANDE-MS, 14 DE JANEIRO DE 2026.~~

~~ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES~~
~~Prefeita Municipal~~

~~LEI n. 7.576, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.~~

Dispõe sobre a proibição da suspensão do fornecimento de água nos imóveis onde residam pessoas enfermas, em fase terminal ou acamadas, que integrem o Cadastro Único (CadÚnico).

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**, Prefeita Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a suspensão do fornecimento de água nos imóveis onde, comprovadamente, residam pessoas enfermas em fase terminal ou acamadas que integrem o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico).

Parágrafo único. Para os fins desta Lei considera-se enfermo terminal, todo indivíduo cuja capacidade funcional ou laborativa, conforto orgânico ou social, integridade orgânica ou vida estejam comprometidos por doenças crônico-degenerativas incuráveis.

Art. 2º Para obter o benefício de que trata esta Lei, o requerimento poderá ser apresentado por familiar, responsável legal ou cuidador do enfermo, mediante preenchimento de formulário próprio junto ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS mais próximo da sua residência, com laudo médico que comprove a condição de enfermo em fase terminal ou acamado.

§ 1º Quando a condição do enfermo impossibilitar seu deslocamento até o CRAS, a Assistência Social poderá realizar visita domiciliar para fins de verificação e validação das informações prestadas.

§ 2º O laudo médico apresentado deverá conter identificação do profissional emissor, descrição da condição clínica do paciente e indicação expressa da impossibilidade de locomoção, quando for o caso.

§ 3º A condição prevista no caput será obrigatoriamente apurada por Assistente Social, mediante relatório técnico circunstanciado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 14 DE JANEIRO DE 2026.

ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES
Prefeita Municipal

Diário Oficial de Campo Grande - DIOGRANDE Estado de Mato Grosso do Sul	
Prefeitura Municipal de Campo Grande - Secretaria Municipal de Administração e Inovação Av. Afonso Pena, 3.297 - Centro Fone (067) 4042-1321 CEP 79002-942- Campo Grande-MS www.campogrande.ms.gov.br/DIOGRANDE diogrande@seges.campogrande.ms.gov.br	
Publicação de Matéria por centímetro linear de coluna R\$ 9,34	
SUMÁRIO	
LEIS	01
DECRETOS.....	03
SECRETARIAS	06
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	09
ATOS DE PESSOAL	10
ATOS DE LICITAÇÃO	19
ÓRGÃOS COLEGIADOS	20
PODER LEGISLATIVO	21
PUBLICAÇÕES A PEDIDO	21